



Anais da Assembléia

Nº 27

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE ABRIL DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1978

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Jurandir Messias e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (42); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Del Ciel, Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

TELEGRAMA:

Nos seguintes termos: Solicitação esta entidade junto liderança ARENA e MEB sentido aprovação rápida projeto reajuste funcionalismo decorre ansiedade classe já pressionada baixos valores níveis vencimentos pt louvamos interesse essa Presidencia conversão mensagem governo em lei ainda tempo pagamentos sejam feitos folha abril pt respeitosa saudações. Odir Gomes da Rocha.— Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário desta augusta Casa, requer a inserção na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Rodrigues Garcia, ocorrido no último dia 9, em Cornélio Procópio.

O extinto, antigo morador da cidade, conquistou através de sua maneira afável toda a amizade e consideração do povo procopense.

Foi um excelente chefe de família, deixando na tristeza, sua esposa e oito filhos, hoje formados e integrantes da sociedade de Cornélio Procópio.

Cornélio Procópio, prestou sua homenagem ao extinto, quando uma grande massa popular o acompanhou até a última morada.

Este é o registro de saudade que fazemos, Senhor Pre-

sidente e Senhores Deputados.

Requeremos ainda, o presente dê-se conhecimento à Excelentíssima Família.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1978.

(a) Rosário Pitelli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações pelo transcurso, no último dia 07 do corrente mês, do 123º aniversário de criação do Arquivo Público do Paraná.

Tal acontecimento, é dos mais significativos, pois aquele importante órgão estadual, vem prestado no decurso de sua longa existência, uma das mais atuantes e necessárias funções, que vem a ser a da preservação de nossa história.

Atualmente, o Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, dirigido há vinte e dois anos pelo seu atuante Diretor, Mbá de Ferrante, é o único em nosso País que estará funcionando em sede própria especial, quando se instalar no final deste ano, no novo prédio especialmente construído para essa finalidade.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa dê-se ciência à Secretaria da Administração e à Direção do Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1978.

(a) Fabiano Braga Côrtes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Exm^{os} Srs. Secretário de Estado da Educação e Cultura e Secretário de Estado das Finanças, solicitando-lhes auxílio financeiro a fim de que sejam regularizados os pagamentos dos professores municipais de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Segundo notícias trazidas por pessoas idôneas do Município de Capitão Leônidas Marques, os professores primários daquela localidade há 8 (oito) meses não percebem seus vencimentos.

Tomando-se em consideração que o ensino é o suporte básico do progresso, não podemos admitir tal fato.

Somos testemunha, por experiência sentida por leais companheiros do Município de Capitão Leônidas Marques, que o Executivo daquela comuna faz questão de manter o "mando político" através do domínio do setor de educação.

Todavia, esse domínio ou "mando" não deve ser apoiado somente em relação a remoção compulsória de professores ou distribuição irracional de aulas suplementares, por imposições políticas.

O que estamos notando, é que, além de interferir em problemas não afetos à sua área, a municipalidade estaria deixando de atender suas próprias obrigações na importante área da educação.

Se o município conta com o apoio da Secretaria da Educação para impor a distribuição de aulas a seu bel prazer, porque deixaria de contar com o prestigamento necessário para colocar

em dia o pagamento dos sacrificados mestres?

A reivindicação parece-nos justa e merecedora de acolhida, pois, prestigiará a administração de um fiel e devotado partidário do Governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido por Sua Excelência o Senhor General João Batista Figueiredo, no encerramento da Convenção da Aliança Renovadora Nacional, agradecendo a sua escolha como candidato da ARENA, para a Presidência da República, e transcrito pela edição de hoje do Jornal "CORREIO BRASILENSE".

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1978.

(aa) Gilberto Carvalho, Aguinaldo Pereira Lima,

Jorge Sato, Basílio Zanusso e Rosário Pitelli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Ex^a, que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Il^{mo} Sr. Eny Alves Neves, MD. Diretor do DNER, apelando no sentido de que sejam determinadas providências para acelerar o pagamento das indenizações por desapropriação de terras na faixa da BR-369, especialmente da Ponte do Rio Piquiri, do Município de Corbélia, até a divisa com o Município de Cascavel.

A providência que ora se solicita tem a justificar sobretudo a situação difícil por que passam os proprietários rurais da região que perderam praticamente todas as suas lavouras em face da longa estiagem que se verificou. E, recebendo as suas indenizações, terão condições de dar continuidade às suas atividades agrícolas, sem assumir outros compromissos junto a estabelecimentos de crédito.

É o apelo.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1978.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, que se expeça ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando de Sua Excelência informações sobre a instalação da Comarca em Palmital.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1978.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

JUSTIFICATIVA:

As laboriosas classes sociais não só do Município de Palmital, como da área, em particular os que demandam na Justiça, têm grande interesse em saber do programa traçado pelo Tribunal do Estado a respeito da organização judiciária. Fato suficiente para fundamentar a solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, se oficie ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando suas providências junto ao Banco do Estado do Paraná, para a instalação de uma agência de nosso estabelecimento oficial no Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1978.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Três Barras é o maior núcleo populacional

de Catanduvas, com grande dinamismo econômico e social, além do alto índice de escolarização. Dos 12 mil eleitores municipais, praticamente 56% residente no distrito, gerando também, semelhante índice econômico na relação com o total.

A inusitada situação do distrito, com maior população ativa, é um indício forte de que é necessário e de justiça o atendimento a essa sentida reivindicação local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de veemente apelo ao Governo Federal, para que sejam adotadas providências que visem minorar o angustiante problema que atravessa o setor agrícola estadual, possibilitando, assim, retomar o acentuado grau de desenvolvimento da Agricultura do Paraná, que contribui decisivamente para a economia estadual e nacional.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se sejam enviadas cópias com seu inteiro teor, aos Senhores Prefeitos Municipais, Presidentes de Câmaras e de Cooperativas do Paraná, além das seguintes autoridades:

- Dr. Mário Henrique Simonsen - Ministro da Fazenda;
- Dr. Karlos Rischbieter - Presidente do Banco do Brasil S/A.;
- Dr. Paulo Pereira Lima - Presidente do Banco Central do Brasil - Brasília-DF;
- Dr. Maurício Schullman - Presidente do Banco Nacional de Habitação;
- Dr. José Ribamar de Mello - Diretor de Crédito Rural e Programas Especiais do Banco Central do Brasil - Brasília - DF;
- Dr. Alysson Paulinelli - Ministro da Agricultura; e
- Dr. Marcos Amorin - Chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1978.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Os agricultores paranaenses que tiveram, na atual safra, suas colheitas de soja, milho, arroz, feijão e algodão, prejudicadas pela ocorrência de prolongada estiagem que assolou o Paraná, no período de dezembro de 1977 a março de 1978, estão necessitando sejam adotadas imediatas providências, pelas nossas autoridades fazendárias, objetivando a permitir que nossos produtores rurais possam continuar contribuindo com seu trabalho no fortalecimento da nossa economia.

Após percorrer diversos municípios das principais regiões agrícolas do Paraná, oportunidade em que auscultamos inúmeras reivindicações dos líderes da classe rural deste Estado, consideramos fundamental para tranquilizar o nosso agricultor, que teve os resultados de seu trabalho prejudicados pela estiagem, a adoção das medidas sintetizadas nos sete itens abaixo:

1. - Concessão de crédito especial de Cr\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros) por hectare plantado, para pagamento em quatro safras, para possibilitar a manutenção do agricultor e sua família até que venha a obter receitas provenientes da comercialização da produção, das próximas safras.
2. - Prorrogação do saldo de 20%, não coberto pela PROAGRO, das prestações de investimentos, que deveriam ser pagas pelos produtores com as rendas provenientes das vendas das safras frustradas, para um ano após o vencimento do empréstimo.
3. - Prorrogação do saldo de 20% do financiamento de custeio, não cobertos pela PROAGRO, pelo prazo de dois anos.
4. - Prorrogação e reescalonamento dos financiamentos de investimento e repasses realizados pelas Cooperativas Agropecuárias do Paraná, que seriam ressarcidos com rendimentos auferidos no decorrer da comercialização das safras agrícolas prejudicadas.

5. — Reestudo imediato da redução dos limites dos financiamentos de custeio agrícola, dentro dos percentuais baseados no MVR, recentemente fixados pelo Conselho Monetário Nacional, pela inoportunidade da sua vigência no momento atual.

6. — Liberação imediata de recursos para agilização do PROPEC, permitindo atender aos nossos pecuaristas, pois a estiagem que assolou o Paraná, prejudicou seriamente as pastagens, situação que, certamente, será agravada com o início do inverno.

7. — Alteração das normas que regem o PROAGRO, visando a permitir que se eleve sua cobertura de 80 para 100% do valor do financiamento da lavoura, mesmo que, para isto, o Governo tenha de alterar a taxa de 1% incidente, sobre o saldo devedor dos financiamentos rurais, para valor que seria determinado através de cálculos atuariais, visando a continuidade do Programa em tão boa hora implantado pelo Governo Federal.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 33/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica outorgado ao Desembargador FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO, o título de “CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1978.

(aa) Luiz Roberto Soares e Enéas Faria

Apoiamentos: Adalberto Daros, Valter Pietrângelo, Jayme Rodrigues Carvalho, Muggiati Filho, Gabriel Sampaio, Lúcio Machado, Lineu Turra, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Alfredo Gulin, Gilberto Carvalho, Fabiano Braga Côrtes, Deni Schwartz, Osvaldo Macedo, Maurício Fruet, Lázaro Dumont, Erondy Silvério, Accioly Neto, Ivo Thomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Ivan Rüppel, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Fidelcino Tolentino, Basílio Zanusso, Aguinaldo Pereira Lima, Werner Wanderer, Luiz Alberto Oliveira, Jurandir Messias, Jorge Sato, Paulo Camargo, Nelson Buffara, Edilson Alencar e Renato Bernardi.

JUSTIFICATIVA:

O Diário Oficial nº 274, datado de ontem, publica o Decreto nº 4.839, pelo qual o Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado aposentou, a pedido, o íntegro e culto magistrado Desembargador FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO.

Filho do Sr. Francisco de Paula Xavier e de Dona Francisca de Paula Almeida nosso homenageado nasceu na cidade da Lapa, Estado do Paraná, em 1.º de novembro de 1909.

Iniciou o curso primário em sua cidade natal, concluindo-o no então “Ginásio Diocesano” de Curitiba, onde prosseguiu seus estudos, até os primeiros anos do secundário, havendo se formado no “Externato Colégio Paranaense”.

Diplomou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, quando, na qualidade de acadêmico e bacharelando, já vinha exercendo o cargo de Promotor Público de União da Vitória, desde janeiro de 1931. Foi, pois, na cidade representada nesta Casa pelo primeiro signatário, que iniciou sua brilhante carreira, na qual chegaria a cumprir meio século de inestimáveis serviços à Justiça do Paraná, sem jamais afastar-se por um só momento da pregação de Ulpiniano, contida em sua máxima preferida: “SUUM CUIQUE TRIBUERE”.

O Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, de maneira sóbria e incontestável, durante todo esse tempo, até chegar ao cargo máximo da carreira de Magistrado, na Comarca desta Capital, aqui representada pelo segundo signatário, onde, na data de ontem, veio encerrar suas atividades, quer como integrante do Ministério Público paranaense, quer como Juiz, efetivamente procurou, sempre, DAR A CADA UM O QUE É SEU.

Após haver exercido os cargos de Promotor Público Adjunto e de Promotor Público das Comarcas de União da Vitória e de São João do Triunfo, foi nomeado, em 1933, Juiz Municipal do então Termo de Reserva.

Removido para São João do Triunfo, em 19 de dezembro de 1934, exerceu também, o cargo de Juiz Substituto de São Mateus do Sul, onde permaneceu até os primeiros doze meses de 1936.

Em 05 de junho de 1936, foi removido, a pedido, para o recém-criado Termo de Rebouças, instalando-o, assim como a Comarca do mesmo nome, quando para tanto foi elevado, sendo o seu primeiro Juiz, onde ficou até abril de 1938.

Naquela oportunidade, em razão de haver sido instituído o regime de provas escrita e oral para o ingresso na Magistratura de carreira do Estado, submeteu-se àquele primeiro concurso assim realizado no Paraná, classificando-se em 1.º lugar, tendo sido nomeado, ainda em abril de 1938, Juiz de Direito da Comarca de Clevelândia e daí removido, em 21 de dezembro, para a Comarca de Prudentópolis, e, posteriormente, para a Comarca de Jacarezinho, permanecendo nesta cidade, até 1944, quando foi removido para União da Vitória. Foi nesta Comarca que se radicou por maior tempo em sua destacada atuação pelo interior do Estado, lá tendo permanecido até a data em que foi promovido para o cargo de Juiz de Direito da 1.ª Vara Criminal e do Júri da Comarca de 4.ª entrância, desta Capital.

Em Curitiba, foi Juiz da 2.ª Vara Criminal e da Vara de Órfãos e Interditos, tendo funcionado também na Justiça Eleitoral (4.ª Zona), bem como na Presidência do Tribunal do Júri.

A partir de junho de 1955, foi convocado sucessivamente para substituir, no Tribunal de Justiça, os Desembargadores Edison Nobre de Lacerda, Aluísio Garcia da Costa Barros, Antônio Leopoldo dos Santos, Francisco da Cunha Pereira, Aprígio de Paulo de Carvalho Cordeiro, Oscar de Carvalho e Silva, Izaias Beviláqua, Lauro Sodré Lopes e Lauro Fabrício de Mello Pinto, até ser nomeado, pelo Decreto nº 19.611, de 18 de outubro de 1958, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

Como Desembargador, exerceu a Vice-Presidência e a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, bem como o cargo de Corregedor da Justiça Eleitoral.

Na qualidade de representante do Estado do Paraná, na reunião de Presidentes de Tribunais Eleitorais, no Governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, realizado em Brasília, sugeriu e defendeu várias teses, muitas delas acolhidas e posteriormente introduzidas como emendas ao Código Eleitoral vigente.

Durante vários anos integrou o Conselho Superior da Magistratura, participando, como membro de bancas examinadoras de diversos concursos, para preenchimento de cargos de Juiz Substituto e de Juiz de Direito, lecionando, também, várias matérias nos cursos preparatórios para ingresso na Magistratura, promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Tomou parte, igualmente, das Comissões de Revista e de Jurisprudência do Tribunal de Justiça e de Organização e Divisão Judiciárias, concorrendo, com sua grande experiência, para a elaboração do atual Código (Resolução Normativa nº 01/75), tendo exercido em caráter eventual, o cargo de Corregedor Geral da Justiça.

Em dezembro de 1966, foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, tendo assumido a Presidência, em Sessão Solene, realizada no dia 04 de agosto de 1967, cumprindo mandato até o dia 03 de fevereiro de 1969.

Na Presidência do Tribunal de Justiça, realizou uma profícua gestão, caracterizada pela dinamização e modernização da máquina administrativa do Poder Judiciário, bem como pelo início de ampliação do atendimento judiciário no Paraná, o que chegou a ser criticado de princípio — como também

acontecerá com a construção do Centro Cívico e edificação do Teatro Guaíra — pelos curtos de visão, tendo sua obra estrutural porém, continuidade até os dias de hoje, sendo reconhecida pela sua relevância e pioneirismo.

Foi durante a sua administração no Tribunal de Justiça que se ampliou, pela última vez, o Quadro de Funcionários do Poder Judiciário, através da reclassificação procedida pela Lei nº 5.848, de 20 de setembro de 1968, e que, pela vez primeira, se realizou um concurso público para preenchimento de cargo burocrático em nossa mais alta Casa de Justiça.

Em meados de seu mandato, esta Casa teve a oportunidade de aprovar a Lei nº 5.809, de 15 de junho de 1969, última Lei de Organização e Divisão Judiciárias, elaborada por assessores do Tribunal de Justiça, sob a supervisão da Presidência e do egrégio Tribunal Pleno, passando pelo crivo desta augusta Assembléia Legislativa, e sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Ainda durante a gestão do Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, foi alterado o modelo de toga até hoje usado pelos Magistrados e realizada a primeira concorrência pública para aquisição de materiais, bem como se instalou o copicentro, para reproduções fotostáticas e microfilmagem e instituiu-se a mecanização do Serviço de Protocolo, hoje adotada em várias repartições estatais.

Em época alguma, as Varas Cíveis e Criminais de todo o Estado e, principalmente o Juizado de Menores da Capital, reaparelharam-se tão adequadamente, sem demérito a qualquer outra gestão, pois devemos registrar que, somente às Varas de Menores, foram dedicados mais de 25% da parte do orçamento destinada a tais fins, permitindo-lhes contar com psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras e novos comissionários de vigilância, funcionando em instalações remodeladas.

A ampliação da segurança, pela presença da Justiça, foi sentida com a instalação de novas Varas e Comarcas em todo o Estado.

O espírito democrático e de diálogo da Presidência do Tribunal de Justiça, fez-se sentir em todo o Paraná, com a série de visitas procedidas às mais longínquas Comarcas, para constatação das suas reais necessidades; com a criação de uma Assessoria de Imprensa e com a abertura da Biblioteca do Tribunal de Justiça a todos os interessados em consultar as valiosas obras jurídicas que compõem o seu acervo, e, bem assim, com o livre acesso ao gabinete.

Ficássemos a enumerar os benefícios trazidos ao Paraná por este ilustre homem público, poderíamos redigir um compêndio, e tanto tal é verdade, que seu nome é pronunciado pelo povo paranaense, com respeito, admiração e, até mesmo, veneração.

Mas, as atividades do nosso homenageado não se restringiram à Magistratura. Professor de português, lecionou no Colégio Estadual Túlio de França, em União da Vitória, educandário que ajudou a fundar, e no Colégio Estadual do Paraná, recebendo deste último, o título de "Honra ao Mérito", pelos longos anos de trabalho, dedicação e espírito de sacrifício em favor daquela centenária casa de ensino, por ocasião de sua aposentadoria como integrante do magistério público do Estado do Paraná.

Como estudioso do Direito, suas decisões são sempre evocadas pelo equilíbrio, brilho e bom senso, tendo sido distinguido com elogios, inclusive de Ministros do Supremo Tribunal Federal. Possui o Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, inúmeros artigos publicados e um livro: "QUESTITOS", publicado quando do advento do Código Penal vigente.

É Cidadão Honorário de Curitiba, título que lhe foi outorgado pela Lei Municipal nº 4.270, de 21 de dezembro de 1971, e que recebeu em Sessão Solene realizada na Câmara Municipal desta Capital, na noite de 20 de setembro de 1972,

à qual compareceram as mais altas autoridades de nosso Estado.

Amante do futebol, ex-atleta, e ex-Presidente do União Futebol Club de União da Vitória, faz questão de identificar-se e incluir-se entre os torcedores do Água-Verde Esporte Clube, hoje conhecido como Pinheiros, clube que prima pela excelente administração, sendo "pilhado" diversas vezes, por amigos e mesmo pela crônica social, quando, na qualidade de Presidente do Poder Judiciário, em dias umidos e frios, deixava de fazer uso de suas prerrogativas de autoridade estadual e ingressava nas Tribunas de Honra dos estádios, para assistir os jogos, muitas vezes em pé, junto com os torcedores que a crônica esportiva, carinhosamente, chama de "povão".

Apesar de sua simplicidade e humildade, não pode impedir que o povo de União da Vitória exigisse que o edifício do Forum daquela Comarca, fosse denominado "Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho", em reconhecimento aos relevantes serviços prestados àquele município. Igual homenagem, mais tarde, viria a receber da população de Chopinzinho.

Além dessas honrarias, também foi agraciado com os títulos de Cidadão Honorário de Apucarana, Cascavel, Cianorte, Colombo, Cruzeiro d'Oeste, Engenheiro Beltrão, Guaraniaçu, Iporã, Londrina, Maringá, Nova Fátima e Prudentópolis, fato que por si só justificaria o reconhecimento que lhe é devido no momento em que encerra suas atividades no serviço público, pelo Estado do Paraná.

Pregando a harmonia entre os Poderes constituídos, e identificado como o Magistrado modelo por todos que o conhecem, foi alvo de manifestações de apreço dos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Estado e de diversos municípios paranaenses, quando, no final do ano de 1968, promoveu-se a campanha denominada "Um Paranaense no Supremo Tribunal Federal", tendo recebido moções de apoio do Governador do Estado, manifestada através de ofício e da unanimidade desta Casa de Leis, ao aprovar requerimento dos Deputados Roberto Galvani, Haroldo Bianchi, Jorge Sato, Ovídio Franzoni e Aguinaldo Pereira Lima, dirigido ao Presidente da República e Presidente do excelso Pretório, unindo todas as forças deste Estado em torno do "Jurista de renome, líder nato nas decisões jurídicas", "que dedicou toda sua vida à causa da Justiça", **DESEMBARGADOR FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO** (documento anexo).

Em 1.º de setembro de 1971, novamente esta Casa se uniu para consagrar o nome desse laborioso e humilde cidadão paranaense, ao aprovar diversos requerimentos, formulados pelos nobres Deputados Maurício Fruet, Domício Scaramella, Antônio Lopes Júnior, e ainda, conjuntamente por Acyr José, Erondy Silvério e Fabiano Braga Côrtes, por ocasião da efeméride que registrava o quinquagésimo aniversário de desempenho de suas funções públicas, principalmente na qualidade de "verdadeiro cultor do direito e da Justiça, que, pela sua formação humanística, fez-se, desde logo, credor da admiração e de respeito de seus nobres Pares". (fotocópias anexas).

Casado com Dona Yonne Catta Preta de Paula Xavier, há 42 anos, tendo nascido desta união quatro filhos: Ione, Zeusa, Francisco Xavier Neto e Francisco Xavier; juntamente com estes amparou, criou e encaminhou 11 (onze) menores, hoje com famílias constituídas e vidas organizadas.

Nada mais justo, portanto, que, nesta data em que o Estado do Paraná concede a este seu filho ilustre, a merecida aposentadoria, os representantes de seu povo, em voz uníssona, em reconhecimento a uma vida dedicada à paz e à Justiça, elevando constantemente o bom nome da terra dos pinheirais, perante às demais unidades da Federação, venham apresentar esta proposição de outorga do título de "CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ", ao Desembargador **FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO**.

PROJETO DE LEI Nº 34/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "PATRIMÔNIO RECREATIVO, ESPORTIVO E SOCIAL DE PALMITÓPOLIS", com sede e foro no Município de Nova Aurora.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1978.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços junto à comunidade de Nova Aurora, dentro das finalidades estatutárias para que foi constituída.

Os Estatutos Sociais, que anexamos ao presente, comprovam que a entidade se enquadra dentro dos requisitos essenciais, previstos pela legislação pertinente, para que o Poder Público possa reconhecer de utilidade pública.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei, que esperamos possa merecer o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

A Presidência encarece os Srs. Líderes da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro, indiquem membros para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Criminalidade. Da mesma forma, a Presidência apela aos Srs. Deputados de ambos os partidos, membros da Comissão Permanente de Indústria e Comércio, para que se reúnam e instalem dita Comissão.

Srs. Deputados Werner Wanderer, Egon Pudell, Francisco Escorsin, Ezequias Losso, da Aliança Renovadora Nacional e Maurício Fruet, Lineu Turra e Deni Schwartz, do Movimento Democrático Brasileiro.

A Presidência ver-se-á forçada nos termos do Regimento Interno, decorridas 24 horas deste apelo que formula, a solicitar do Sr. Vice-Presidente deste Poder, instale a referida Comissão.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, V. Ex.^a está instando as lideranças para que procedam a indicação de nomes a integrarem a Comissão da CPI da Criminalidade. Consulto V. Ex.^a se chegou às suas mãos, ou se tem já o Departamento competente, a indicação procedida pelo MDB, desde 08 de março?

O SR. PRESIDENTE — A Presidência chamará a atenção do Departamento Legislativo, porquanto recebeu daquele Departamento, ao início desta sessão, informações de que as lideranças não indicaram os membros para a CPI da Criminalidade.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) De outra maneira, quero informar a V. Ex.^a, que tal indicação foi procedida junto à Mesa, durante a Sessão Plenária.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência recebe a informação de V. Ex.^a, e antecipa pedido de desculpas, se houve, por parte do Departamento Legislativo, informações errôneas. (Pausa).

A Presidência informa ao Deputado Enéas Faria, que realmente V. Ex.^a deu entrada a 08 de março, requerimento protocolado sob número 12/78, daquela sessão, em que indica membros para comporem a comissão que investiga a criminalidade do Estado do Paraná.

Vale o apelo para a Liderança da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, de uma vez que V. Ex.^a tão zelosamente busca acelerar os traba-

lhos da Casa, juntaria às suas solicitações, uma nossa: no sentido de que também se vise acelerar os trabalhos da Comissão Especial que deve fornecer parecer quanto à Lei Complementar que trata do Estatuto da Procuradoria do Estado.

Também já com os nomes fornecidos pela Liderança do MDB.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência leva em consideração o pedido de V. Ex.^a. E lembra aos Srs. Presidentes das Comissões Técnicas permanentes da Casa, que a Presidência tem absoluta necessidade de contatar com V. Ex.^{as} a fim de convocar as reuniões extraordinárias daquelas comissões, viabilizando a participação dos Srs. Deputados nas mesmas, atendendo exigências da Resolução que disciplinou a matéria, através da qual devem os Srs. Parlamentares frequentarem 8 sessões extraordinárias das Comissões Técnicas.

A Presidência deseja receber dos Srs. Presidentes, a relação das matérias distribuídas em cada Comissão.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Príncipe Herdeiro da Coroa do Brasil, no ano de 1978 de Nosso Senhor Jesus Cristo, disse, há poucos dias, à imprensa falada e escrita deste País, que o povo brasileiro não está em condições de escolher os seus governantes através do voto secreto, direto e universal.

Contraria a própria formação de cultura nata que possui este País, o pré-julgamento do futuro Presidente desta República.

Recentemente, houve concurso sobre a Semana da Pátria. Vinte ganhadores mirins conseguiram adivinhar, antever, sentir, manifestar, o pensamento do Presidente Geisel. Esse concurso baseou-se simplesmente na apresentação de um símbolo que representasse este País.

E começaram as crianças dos quatro cantos do País, a fazerem "cata-ventos", chapéus, estrelas e encaminhar ao Concurso para alcançar o prêmio oferecido. No Paraná, uma criança de 12 anos, uma criança de 11 anos e outra criança de 12 anos, são as três ganhadoras do concurso.

Uma antevisão do pensamento de quem não tem nem condições de pensar, porque quando vemos um País como este, empobrecido, humilhado, ressentido, subjugado ao escárnio da pobreza, temos que dizer que seus dirigentes não têm condições nem de pensar, quanto mais de projetar idéias para subsistência de paz, de amor e harmonia numa Nação como esta.

Estas três crianças do Paraná, são 3 dos 20 ganhadores deste concurso, e sabem o que elas fizeram, Srs. Deputados, Sr. Presidente? Um simples chapéu de papel, daqueles que em 1932, 35, 37, as crianças do primário faziam, e no recreio colocavam sobre a cabeça e faziam filas para cantar a canção — "Marcha soldado, cabeça de papel . . .".

O brasileiro já nasce inteligente, o brasileiro prova, por todos os feitos, a sua capacidade de escolha. O brasileiro nasce com um sentimento democrático.

Hoje, usamos da tribuna para manifestar o nosso repúdio à expressão do futuro Presidente da República em dizer que este País, através de 110 milhões de brasileiros, não têm condições de escolher os seus governantes. Amanhã, haveremos de requerer desta tribuna, votos de congratulações a uma destas crianças vencedoras do concurso no Paraná, porque elas são de nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ao lermos há poucos instantes a ata da sessão de sexta-

feira última, tivemos conhecimento que deu entrada, a esta Casa, um requerimento de autoria de um Deputado da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Sr. Presidente, nos causou surpresa e espécie, o requerimento em tela. Porque o Deputado autor do mesmo, temos conhecimento que não conhece, nunca passou e talvez nunca ouviu falar que existe, no mapa, o Município de Palmital.

E nós, Sr. Presidente, que temos a honra, que temos a satisfação de representar juntamente com o Deputado Trajano Bastos aquele município, e que quando da última Organização Judiciária discutida, aprovada por esta Casa, nós nos debatemos, nós lutamos, para que fosse criada a Comarca de Palmital, e, depois de muita luta, de muito sacrifício e porque não dizer até, de entendimentos com os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná, nós chegamos a um denominador e conseguimos a criação daquela comarca, ou seja, a 14ª Comarca. Porque até então, Sr. Presidente, haviam sido criadas 13 comarcas, e conseguimos, graças aos esforços, graças à nossa luta, graças às condições que ofereceu aquele município, para sua elevação à categoria de comarca, conseguimos o nosso objetivo.

Mas, Sr. Presidente, era preciso não só que se criasse a comarca, por lei, ela precisava de estrutura, o que ela não tinha, naquele momento.

O então Prefeito, Israel Martins, aquela abnegada Câmara de Vereadores e este Deputado, através de um Livro de Ouro, percorremos o comércio, a indústria, os agricultores, os pecuaristas de Palmital, para, através deles, angariarmos os recursos para a construção do Fórum, da Casa do Juiz, da casa do Promotor, da Delegacia de Polícia e da casa do Delegado.

E conseguimos, Sr. Presidente! E construímos, Sr. Presidente!

Com isto, demos condições ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para que instalasse a Comarca de Palmital.

É necessário que se faça aqui, um parêntesis: os móveis, toda a mobília do Fórum, foi doada pelo Tribunal de Justiça, através de seu Presidente, o Desembargador Ariel.

Com isto, demos todas as condições para a instalação da Comarca de Palmital.

Hoje, no entanto, Sr. Presidente, nós vemos com surpresa, um requerimento de um Deputado que nunca por lá passou, que não sabe sequer qual o rumo de Palmital, em cujo requerimento solicita, ao Tribunal de Justiça, que seja instalada aquela comarca! Mas esse mesmo Deputado, Sr. Presidente, deveria, antes, manter contato, procurar saber do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que situação se encontra aquela comarca. E, eu tenho certeza, a resposta seria esta:

— Já está criada, por lei, já existem as casas do Juiz, do Promotor, do Delegado, a Delegacia e o Fórum. E está marcada, a instalação, para o mês de maio de 1978.

E tenho a certeza que só assim, bem informado, esse Deputado, jamais demagogicamente, iria propor esse requerimento, porque, entendemos, Senhor Presidente, que requerimentos vazados nesses temas, só podem ser demagógicos, e Palmital está lá, ativo, está lá, tranquilo, sabendo do nosso trabalho, sabendo do nosso empenho para instalação daquela Comarca.

E não é com um requerimento desses, que este Deputado pretenda ludibriar aquele povo ativo, aquele povo inteligente e trabalhador, do Município de Palmital.

Aqui fica, Senhor Presidente, o nosso veemente protesto, quanto ao requerimento, que taxamos e consideramos de demagogia. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vivemos indiscutivelmente, dias muito importantes para a nossa Pátria. Domingo, pelo programa de televisão "Fantás-

tico", pudemos assistir o pronunciamento do futuro Presidente, General Figueiredo. Indiscutivelmente, e é nossa opinião pessoal, o Sr. Figueiredo nada mais disse do que vêm dizendo todos os outros candidatos à Presidência da República, e até usou uma frase que nos parece tem sido sistematicamente repetida: "A hora é de trabalho". E eu fico a perguntar quando é que será a hora do não trabalho, porque todos, indistintamente, os Presidentes que assumiram esse País desde que eu me conheço por gente, têm usado as palavras, de que "a hora é de trabalho". Às vezes, como disse o Sr. Juscelino Kubitschek, "a hora é de apertar os cintos".

Outros, como disse o Presidente Geisel, ainda há pouco, é hora em que os operários não devem reivindicar tanto e outros ainda, têm usado o chavão: "a hora é de trabalho".

Já disse a um jornal de que, realmente, não vi nada de novo no pronunciamento do futuro Presidente, e quero dizer, que mantinha uma expectativa muito grande, pois até mesmo nos tempos em que nós tínhamos os herdeiros do trono, surpresas apareciam. Na Espanha, por exemplo, depois de Franco ter preparado tão carinhosamente desde pequeno, ter preparado um sucessor, esse se revelou um grande democrata. Aliás, um grande democrata que não adjetiva democracia, como o fez o Sr. futuro Presidente, comparando-a com espécies de laranja, porque, segundo o Sr. Presidente, existe laranja-pera, laranja-maçã, e outros nomes. Nós achamos que existe a laranja, como existe a Democracia sem adjetivações.

Mas fica a expectativa, não pelo seu discurso, que ele acrescentou ao que outros disseram.

Fica a expectativa de que ele se torne, talvez, um novo "Rei de Espanha", ele que, tão carinhosamente, foi criado para manter um sistema, o sistema que aí está. Talvez, Srs. Deputados, nos cause a grande surpresa de se revelar, de se rebelar contra seu autor. Mas, apesar da expectativa, ficam alguns reparos.

Não tendo tido oportunidade, na semana passada, de estar presente a esta Casa, a entrevista dada pelo futuro Presidente. E, numa de suas afirmações, quando indagado pela "Folha da Manhã", de São Paulo, de qual seria seu critério para a escolha dos novos governadores, teria afirmado, que seria de acordo com a capacidade eleitoral e não com a capacidade administrativa. Fico a imaginar se o Sr. João Batista Figueiredo tivesse sido, nas mesmas condições, indicado a Presidente da República no final da década de 50, início de 60, o que teria sido do Estado de São Paulo?

Provavelmente estaria definido o Governador daquele Estado; seria por capacidade eleitoral, indiscutivelmente, o tão afamado rinoceronte "Cacareco", que recebeu a maior votação numa daquelas votações dos idos de 50 e então, hoje, teríamos, como governador de São Paulo, o ilustre animal.

Vejam os Srs. Deputados, que se de um lado, devemos dar um crédito de confiança e ter uma esperança, assim como os espanhóis tiveram em seu atual rei, não sei se uma afirmação desta natureza daquele que será o próximo Presidente da República, nos dá condições de termos essa esperança.

De outra parte, Srs. Deputados, algumas referências foram feitas aos partidos, aos atuais partidos políticos e disse, até, que se o Partido da Oposição tivesse maioria, as coisas seriam dificultadas com relação às chamadas aberturas políticas.

Srs. Deputados, há que se de uma vez por todas, acabem com essas afirmações, de que democratização é dívida dos poderosos, democratização é alguma coisa que se obterá a partir das bases.

E, Srs. Deputados, dizer que uma vitória do MDB em 1978, impedirá a democratização deste País, é declarar abertamente ao mundo, de que, realmente, vivemos numa ditadura, pois, se o MDB for maioria, a partir de 15 de novembro de 1978 como esperamos, indiscutivelmente, qualquer radicalismo que

haja, neste País, será a partir de uma minoria governante que se oporá à maioria, que será o povo.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex^a me permite um aparte? (Assentimento) — Eminentíssimo Deputado Deni Schwartz, parece-me que V. Ex^a pinçou uma declaração do General Figueiredo, fora de seu contexto.

A afirmativa dele tem validade universal.

Qualquer regime parlamentarista, é evidente que se obtiver a maioria, se facilita a tarefa de governar. Isto é válido no Brasil, nos Estados Unidos e em qualquer país da Europa: Neste contexto me parece que a afirmativa do candidato da Arena à Presidente da República deva ser analisado. É claro que se a Arena obtiver a maioria nas próximas eleições, terá ele mais condições e mais facilidade de promover as reformas que entenda, as cabíveis e adequadas ao País. É dentro desse contexto que me parece deva ser analisada a afirmativa do nosso candidato a Presidente da República. Não disse o General Figueiredo, que a vitória do M.D.B. significaria a derrocada e qualquer pretensão de aperfeiçoamento democrático.

O que ele disse e isso me parece inquestionável e não deve ser debatida, tal a objetividade dela, é que se a Arena ganhar, que terá ele maioria para governar. Isto é válido em qualquer sistema de governo. É evidente que todo o governante tem que ter a maioria para ter a sua tarefa facilitada.

Eu tenho a impressão de que V. Ex^a está cometendo um equívoco, dando um enfoque que não me parece condizente com a intenção com o que o General Figueiredo colocou a sua declaração.

Eu tenho mais a dizer, mas vou aguardar que V. Ex^a conclua o seu pronunciamento que me parece muito apropriado. O SR. DENI SCHWARTZ — V. Ex^a confirma apenas o que eu disse. V. Ex^a afirma que ele, General Figueiredo entenda como e quando reformar, e para nós as reformas não podem ser tidas como concessões. E este é o nosso ponto de vista. Realmente é muito mais fácil governar com a maioria. Mas acontece que a democratização do País é pregação do M.D.B., como aliás, diga-se de passagem, é também do programa do vosso partido.

O que nós queremos dizer é que não podemos concordar que a democratização deste País seja dádiva de alguém e não uma conquista popular. Já tivemos oportunidade e por isso temos sido criticados, inclusive por cartas anônimas, de, desta tribuna nos referirmos à visita do Presidente Carter ao Brasil, afirmando de que aqui ele era bem-vindo, mas que não pensasse que à sua vinda ele iria resolver os problemas brasileiros, que antes de mais nada só poderão ser resolvidos por brasileiros.

Por isso, talvez discordando com o nobre líder, não posso entender que ele entenda como um modo de redemocratizar o País, como uma facilidade para redemocratizar o País a vitória do seu partido. Porque o outro partido, o nosso partido tem não só no seu programa, mas na sua pregação a tese da redemocratização tão almejada pelos senhores e por nós.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Nobre Deputado, se V. Ex^a me permitisse eu gostaria de prosseguir em algumas pequenas considerações.

Eu colocaria como primeiro dado uma realidade que me parece, também, com validade universal.

Não há em lugar nenhum do mundo, sistema ou poder que consiga transcender as condições objetivas onde ele atua. Então veja V. Ex^a, de que este País é realmente complexo. Uma série de problemas urgentes, ingentes, traços de subdesenvolvimento ainda insuperáveis e que evidentemente a massa dessa realidade dificulta que se implante a curtíssimo prazo uma democracia clássica. Não pense V. Ex^a que nós, da Aliança Renovadora Nacional tenhamos qualquer preconceito contra democratização ou contra a redemocratização. Pelo contrário, eu acredito que seja a aspiração unânime do povo brasileiro

o aperfeiçoamento de nosso sistema no sentido de alcançar maior representatividade democrática. A questão toda é o "modus faciendi" de como se consegue alcançar uma redemocratização com menor custo social, com menor conflito com menor embate próprios e naturais da vida em sociedade.

O que o General Figueiredo pretendeu dizer, eu repito, é que, se tiver, há de apoiar, uma maioria parlamentar, é claro que a sua tarefa é extremamente facilitada. Eu sei perfeitamente que democracia não é uma dádiva. Concordo perfeitamente com V. Ex^a, que não é uma dádiva. Mas também é necessário ter em mente um postulado que é até cristão, não é nem sequer socialista, de que qualquer aperfeiçoamento de supra-estrutura, depende de melhores condições de vida. Isto, V. Ex^a sabe tão bem quanto eu, que até Santo Tomaz de Aquino, que é o inspirador da Doutrina Social da Igreja, já dizia de que não é possível o mínimo de dignidade, sem o mínimo de conforto material.

Gostaria que V. Ex^a meditasse também, neste aspecto. Eu cito, como exemplo: o General Figueiredo apresentou e foi desvirtuado na sua declaração, de que havia pessoas do Brasil, todos nós sabemos que sim, cujos padrões de higiene são os piores possíveis.

O que ele pretendeu dizer, segundo entendi, segundo explicitação posterior de seu pensamento, é que é evidente que uma pessoa que vive em total servidão econômica, tem menos capacidade de discernimento. Isso é uma constatação que qualquer filosofia que tenha alguma preocupação social, referendaria. É evidente que quem tem menor taxa de alienação, que tem maior participação, e isto só é obtido através de melhor cultura, lamentavelmente, o nosso sistema de ocidental, melhor cultura depende de maior poder aquisitivo, é evidente que uma pessoa nestas condições tem muito mais capacidade de apreender um mundo, de ter uma visão global das coisas, do que quem vive na mais abjeta miséria. Esta constatação é feita pelos marxistas e também pela Igreja Católica que tem hoje, uma grande preocupação de ordem social.

Eu gostaria que V. Ex^a meditasse neste tema, porque embora, concordando com V. Ex^a que democracia não é dádiva é conquista, também é necessário ter em mente que para se obtê-la, há que se ter o mínimo de condições materiais razoáveis, e mais do que isso, de que nos países em desenvolvimento, as elites via de regra, facilitam a redemocratização. Isso pode ser historicamente comprovado.

Gostaria de continuar debatendo com V. Ex^a porque o tema me parece fascinante, mas devolvo a palavra a V. Ex^a. O SR. DENI SCHWARTZ — V. Ex^a me dá oportunidade de fazer algumas considerações. Afinal, passados quatorze anos da Revolução de março de 1964, depois que pelo menos de acordo com a oficialidade, perdemos o cognome de "subdesenvolvidos" e passamos para país em desenvolvimento. Depois de quatorze anos do milagre econômico brasileiro, as conquistas democráticas que V. Ex^a diz serem diretamente proporcionais, às conquistas econômicas, veja V. Ex^a que no Brasil as coisas estão contrárias.

Porque enquanto o oficialismo prega um desenvolvimento econômico em certo período até inigualável no mundo, com um crescimento econômico o maior entre as nações, o desenvolvimento democrático tem aos poucos, indiretamente ao crescimento desse apregoado desenvolvimento econômico, tem aos poucos, regredido.

Partimos de 1964, de eleições indiretas para Presidente da República, com Castelo Branco; para eleições indiretas, para Governadores de Estado, e finalmente, para eleições indiretas para 1/3 do Senado.

Então, paradoxalmente, à medida que se apregoa um desenvolvimento econômico e melhora das condições sociais do brasileiro, paradoxalmente se restringe a liberdade dos direitos democráticos desse mesmo povo.

E é por isso, nobre líder da Arena, nós políticos como os Senhores e que vemos esses dias de suma importância se de um lado nada temos para prever quanto ao Governo do General Figueiredo, de outra parte, ficamos temerosos de que se repitam as mesmas promessas não cumpridas anteriormente.

Se de um lado nós vemos com muita satisfação, um homem enfrentando a imprensa, — e até, diga-se de passagem, com tropeções que são naturais a qualquer brasileiro, como aquela que teria afirmado serem os gaúchos “gigolões de vacas”, até nos seus tropeços nós vemos uma certa sinceridade, mesmo que não nos agrade. Já que atualmente temos um Presidente que vai à Alemanha e fica pela televisão a dizer incoerências e não só incoerências, mas também a demonstrar ao mundo todo, o autoritarismo, em que vivemos. Quando quer impor lá, aos repórteres da Alemanha, condições, quando quer impor horários, quando quer impor maneiras de proceder, num País que obviamente, tem muito mais “know how” em matéria de entrevista coletiva do que nós.

Nos é altamente agradável saber que o atual Presidente, enfrentou e espero que venha a enfrentar, a imprensa, até pelos tropeções e quem de nós não os temos? Por isso, é que de uma parte e nos deixa expectativas mas de outra, pelas suas afirmações que nada mais foram do que repetições, ficamos com preocupações.

O Sr. Nilso Sguarezi. — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento) — V. Ex.^a se refere às entrevistas concedidas pelo candidato da Arena. Evidentemente, não há de deixar de ser um ponto positivo. Porque até agora os chefes revolucionários só concediam entrevistas no exterior. Assim é que de uma maneira geral para a imprensa nanica do País, havia uma censura prévia pelas faltas de condições econômicas de entrevistarem os Chefes do Poder.

Mas, Sr. Deputado, eu queria lembrar a V. Ex.^a com referência à entrevista, discursos e afirmações. Realmente, no domingo à noite, a Nação assistiu um espetáculo fantástico. Digo fantástico, não porque saiu no programa “O Fantástico”, mas nem aqui no Brasil e em Nação nenhuma do mundo ignora-se que uma campanha política começa com uma convenção partidária. A convenção partidária é o marco inicial de uma campanha política.

E o nosso Código Eleitoral, só permite a propaganda política partidária após a realização das convenções. Há um entendimento universal de que a campanha política inicie-se após a convenção do partido.

Veja V. Ex.^a o desrespeito à lei; veja V. Ex.^a as restrições que o nosso Partido sofrerá nessa campanha política, porque quando o ungido pelo sistema dá o seu primeiro pronunciamento político e em campanha, pedindo o apoio do seu Partido para levá-lo à vitória nas urnas, assistimos a principal rede de televisão deste País dar-lhe cobertura total, quando existe, neste País, uma lei de exceção voltada, exclusivamente para frejar e calar a voz da Oposição, essa lei é descaradamente desrespeitada.

E há de se indagar se, agora, o Procurador Geral da Justiça questionará o Sr. Francelino Pereira que, no seu primeiro ato político-partidário deste ano, desrespeitou a lei. Porque, o candidato, em franca campanha, pelo rádio e pela televisão, abusou da chamada “Lei Falcão”, como abusou o Presidente Geisel, nas eleições municipais — e sou testemunha disso — quando aqui no Paraná, em Guarapuava, uma rádio transmitiu um comício da ARENA.

Portanto, Sr. Deputado, não me engano, como não haverá nada que enganará o povo brasileiro: o atual candidato da ARENA, lamentavelmente para os brasileiros, seguirá a mesma trilha dos outros presidentes. Porque que ele que sabe e conhece a lei e quisesse ter uma posição de respeito à lei, impediria que o seu Partido abusasse do povo e principalmente dos políticos.

Obrigado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento) — Sr. Deputado, só queria fazer um brevíssimo reparo ao pronunciamento do Deputado Nilso Sguarezi. É evidente que se infração houve, partiu da TV-Globo. A Aliança Renovadora Nacional não, mas sim a TV-Globo para que transmitisse “flashes” de sua Convenção.

Então, nobre Deputado Nilso Sguarezi, o que V. Ex.^a disse fica transferido à TV-Globo, que foi a responsável por aquela transmissão.

O Sr. Nilso Sguarezi — Devo lembrar que a TV-Globo tem sido, sistematicamente, instrumento deste Governo para fazer as vontades dos poderosos desta terra. Nós conhecemos bem o caso da TV-Iguaçu.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Isso é subjetivo. Quem deveria responder seria o titular da TV-Globo.

O SR. DENI SCHWARTZ — Consideraria também que, ao invés de cassarem o Sr. Alencar Furtado, por causa de um programa televisionado e não pago pelo nosso Partido, talvez deveriam ter cassado o Sr. Roberto Marinho, Diretor-Presidente da Globo.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Fica a sugestão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Mas, Srs. Deputados, outro lado que não nos permite vislumbrar um futuro muito agradável para a democracia brasileira, nos foi demonstrado durante as transmissões, pelos verdadeiros “leões de chácara” que estavam atrás do Sr. Figueiredo,

Que País é este, no dizer do eminente Presidente da ARENA, onde um candidato a Presidente da República precisa ficar cercado, durante a Convenção de seu Partido?

Será que desconfia de seus partidários? Será que ali estaria algum “Magalhães Pinto” para boicotar a Convenção; estaria algum subversivo?

E isto nos deixa alarmados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência informa ao eminente Deputado que está na tribuna que o seu tempo está esgotado.

O Sr. Enéas Faria — Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O Sr. Enéas Faria — V. Ex.^a anuncia o término do discurso do eminente Deputado Deni Schwartz, para conceder a S. Ex.^a o tempo da liderança.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência confere a palavra ao eminente Deputado Deni Schwartz para falar no horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro. Terá, portanto, mais dez minutos.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, já que V. Ex.^a é concededor destes funcionários do Congresso Nacional, seria interessante que através deste conhecimento, fosse solicitado à Presidência da Câmara e do Senado, de que os funcionários mais gabaritados, menos ostensivos, fossem colocados à disposição daqueles que necessitam de seus préstimos.

Sr. Presidente, termino porque sei, apesar da bondade do nobre líder do meu Partido, de que assunto de suma importância ele tem para ocupar parte deste espaço reservado à liderança do MDB.

Termino, não falando em nome de meu Partido, mas em meu próprio nome, pedindo que Deus queira que este príncipe herdeiro se comporte como o da Espanha.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência informa à liderança do Movimento Democrático Brasileiro que lhes restam quatorze minutos do horário reservado ao MDB. Confere a palavra ao Sr. Deputado Líder do Movimento Democrático Brasileiro, Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um povo desacostumado à violência. Um povo não habituado ao arbítrio. Um povo incompatibilizado com a

prepotência, viu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos últimos anos, a Nação mergulhada num caos jurídico. Viu a lei substituída pela força. Viu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, instalar-se no País, em decorrência do regime que aí está, uma situação que afronta a sua índole, a sua tradição e os seus anseios.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação hoje é embalada num sonho. A Nação hoje vive numa esperança. A Nação crê no alvorecer de um novo dia. Crê na paz, crê na harmonia, crê na reconciliação.

Por isto, Senhores, de todos os recantos da Pátria, as vozes mais autorizadas se somam à voz do povo, para clamar, para pedir, para reivindicar, para exigir que se reencontre com a paz, com a tranquilidade e com a segurança. A palavra, em uníssono, do povo brasileiro, é em favor desta reconciliação. Por isto todos clamam, e todos pedem a anistia na terra brasileira.

Hoje, Senhores, nesta data, neste mesmo momento e nesta mesma hora, em algumas Assembléias Legislativas do País e em especial nos Poderes Legislativos do Sul brasileiro, Deputados estão nas tribunas para proporem o Poder Legislativo e, portanto, para conclamarem a representação popular dos seus Estados, a que formalizem esta manifestação, a de engrossar, a de corporificar e dar mais base a esse clamor popular.

E como o fazem nas demais Assembléias Legislativas, fazemos nós, Sr. Presidente, fazemos nós agora, Srs. Deputados, acreditando que este é um sentimento que transcende as fronteiras partidárias, que este é o pensamento que se põe acima das conveniências partidárias, que esta é u'a manifestação que brota da consciência livre dos homens de bem, que querem ver o País pacificado, ordeiro, tranqüilo e seguro.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago à consideração desta Casa, na esperança de que possamos, todos nós, comungando da mesma idéia, do mesmo pensamento e do mesmo objetivo, palmilharmos o mesmo caminho, atingirmos a mesma meta, trago, portanto, à consideração dos Srs. Deputados como semelhantemente é feito nas demais Assembléias, o presente requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

Existem temas que, por sua transcendência histórica e humanística, exigem definição não só dos homens públicos, mas especialmente dos poderes legitimamente constituídos pelo povo em sua soberana manifestação.

A decretação de uma anistia ampla aos nossos irmãos brasileiros que foram atingidos por medidas arbitrárias nascidas da exaltação e da intolerância políticas, constitui, no momento, a mais justa e humana reivindicação nacional, representando ainda o primeiro e decisivo passo para o estabelecimento de um diálogo fraterno entre os brasileiros, objetivando o reencontro do Estado com a Nação e a reimplantação de um pleno Estado de Direito.

Além de centenas e até milhares de patrícios que permanecem no Brasil sem o sagrado direito decorrente da própria cidadania, outros milhares continuam experimentando as amarguras do exílio, enfrentando toda a sorte de privações, quando poderiam estar contribuindo, com sua reconhecida inteligência para o engrandecimento nacional.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, fiel intérprete dos sentimentos do povo paranaense, e se associando aos anseios que brotam das consciências nacionais, tem o dever de se manifestar oficialmente em favor da anistia, verdadeiro e histórico gesto de reconciliação sem o qual é impossível o aperfeiçoamento democrático que tanto se propala e que tanto o país anseia.

Vale lembrar, a propósito, que a Câmara Municipal de São Paulo acaba de aprovar proposição semelhante, pela unanimidade de seus integrantes, sendo portanto o primeiro órgão legislativo do País a clamar pela decretação da anistia, fazendo-o com a significativa aquiescência de suas duas repre-

sentações partidárias.

Em vista disso, os Deputados signatários requerem após a manifestação soberana do Plenário, em favor de uma anistia ampla e imediata, as seguintes providências:

a). — Sejam cientificados desta decisão todas as Assembléias Legislativas do País, as Câmaras Municipais do Paraná, bem como as principais entidades de classe do Estado, solicitando-lhes idêntico pronunciamento;

b). — Seja feita a mesma comunicação aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como aos respectivos líderes de bancadas nas Casas do Congresso Nacional, sugerindo-lhes:

1.) — aprovação de Emenda Constitucional, restituindo aos membros do Congresso Nacional a prerrogativa de propor anistia;

2.) — decretação de uma ampla anistia, através de lei ordinária ou por intermédio de disposições transitórias inseridas no texto da Carta Magna com a própria Emenda.

Com essa decisão, creem os signatários que a Casa do Povo paranaense estará honrando o que de mais puro e democrático têm nossas tradições históricas."

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Consulto a liderança da Arena sobre se deseja ocupar o espaço destinado à sua bancada. (Declina).

Antes de passar à Ordem do Dia, a Presidência chama a atenção dos Senhores Deputados.

A Presidência, nos termos da Resolução 327, de 02-12-77, convoca uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, para as 10 horas da manhã de amanhã, quarta-feira, dia 12, na Sala das Comissões.

Nesta reunião será analisado o Projeto de Lei nº 28/78, Mensagem Governamental 14/78, que dispõe sobre alterações da Lei 6.364, de 26-12-72, que dispõe sobre ICM.

Para esta reunião da Comissão de Constituição e Justiça, estão convocados todos os Srs. Deputados de ambos os partidos.

Da mesma forma, convoco uma reunião extraordinária da Comissão de Finanças para amanhã, após a sessão ordinária, na Sala das Comissões, oportunidade em que será objeto de análise, o Projeto de Lei nº 25/78, de autoria da Comissão Executiva, que dá nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Poder Legislativo e dá outras providências.

Também para a reunião da Comissão de Finanças para após a reunião extraordinária na Sala de Comissões, estão convocados todos os Senhores Parlamentares de ambas as bancadas.

Lembra a Presidência, que sobre a mesa das Comissões, estará afixada lista de presença, que deverá ser assinada pelos Senhores Parlamentares que assistirão, podendo discutir a matéria, todavia não tendo direito a voto na decisão, exceção dos parlamentares integrantes das Comissões permanentes e esta relação de presenças terá sua anotação feita junto ao Departamento Legislativo. Estão, portanto, convocadas duas reuniões extraordinárias: uma da Comissão de Constituição e Justiça para as 10 horas da manhã, e outra, Comissão de Finanças, com a matéria indicada pelos ilustres Srs. Deputados Presidentes, Paulo Camargo e Erondy Silvério, respectivamente da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fideleto Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente, aproveitando, peço vênha a V. Ex.^a, porque o assunto que V. Ex.^a tece e faz o chamamento dos Senhores Deputados, tem inteira pertinência com o interesse deste Poder, como também eu pediria a V. Ex.^a, para convocar a Comissão Especial que examinaria a emenda constitucional que visa instituir um artigo que assegura ao servidor público, admitido antes de maio

de 1967, e que tem tempo de serviço prestado até 15 de maio de 1978, o direito de computar esse tempo, para efeito de aposentadoria, proporcionalmente ao número de anos de serviço, a que estava sujeito pelo regime anterior, para obtenção do benefício.

Essa comissão indicada, até hoje não se reuniu e está em vias de expirar o prazo constitucional estabelecido para que a emenda possa ser apreciada.

Peço a V. Ex^a que, também nesta oportunidade, sejam convocados os Srs. Membros desta Comissão, para efeito desse exame.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência lê, para conhecimento de V. Ex^a, Sr. Deputado, o § 4.º do art. 1.º da Resolução nº 327. Dispõe: — “A Sessão Extraordinária poderá ser convocada, nos termos dos incisos I e II, deste artigo, para se realizar no Plenário de qualquer uma das Comissões Permanentes.” Não tem, nos termos da Resolução nº 327/77, a Presidência, poder para convocar reunião de Comissões Especiais.

Aliás, anteriormente, um outro Senhor Deputado solicitava, da Presidência, gestões no sentido de apressar reunião de uma Comissão Especial, encarregada de elaborar redação final de emenda constitucional aprovada já em segundo turno, pelo Plenário.

O que resta, eminente Deputado, é a Presidência aproveitar o apelo de V. Ex^a, no sentido de despertar nos Senhores Parlamentares, de ambos os Partidos, integrantes da Comissão Especial, para que se reunam. E, reunida a Comissão, possa exarar parecer à emenda constitucional apresentada. Fica o apelo da Presidência aos Srs. Membros da Arena e do MDB, integrantes da Comissão Especial encarregada de emitir parecer à proposta de emenda à Constituição do Estado, proposição que já está com o prazo a vencer.

A Presidência tem a satisfação de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. Deputado Federal Valber Guimarães, Vice-Líder da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, na Câmara Federal; do Dr. João Batista Sanches, Presidente do MDB de Maringá; e do Sr. Oreste Bracanelo, um dos líderes do MDB daquele município.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Enéas Faria e Luiz Roberto Soares, devidamente apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Deputado Fuad Nacli, constante de expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 146/77, que declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Ivaiporã, com sede e foro na cidade de Ivaiporã. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 146/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE IVAIPORÃ, com sede e foro na cidade de Ivaiporã.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 153/77, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores do Incra no Paraná - ASSINCRA-PR, com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 153/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INCRA NO PARANÁ - ASSINCRA - PR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 165/77, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Mourão - APAE, com sede e foro na cidade do mesmo nome. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 165/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO MOURÃO — APAE, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de abril de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Rodrigues Garcia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa da “Nota de Repúdio”, assinada pelos Diretórios Centrais dos Estudantes da PUC e UFP, e publicada no jornal “O Estado do Paraná”. — Em votação. — **Rejeitado.**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere.

Colocará a matéria de forma inversa, para verificação de votação. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

13 (treze) Srs. Deputados aprovam. 8 (oito) Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para deliberação.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Apenas, Sr. Presidente, para consultar à Mesa se é volumoso o número de matérias ainda pendentes em deliberação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) De sessões anteriores, o que deixou de ser deliberado por falta de “quorum” e mais um requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, com apoio de quatro outros Srs. Deputados, que propõe solidariedade ao trabalho, à luta e às posições dos estudantes universitários de Londrina, através do seu Diretório Central de Estudantes e requer outras providências. E, cerca de 10 outros requerimen-

tos apresentados na presente sessão, e um requerimento anterior do Deputado Nilso Sguarezi, com discussão adiada, na forma do art. 150 do Regimento Interno, na sessão do dia 31 de março.

Há número para discussão da matéria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo informações sobre a instalação da Comarca de Palmital. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, visando providências junto ao Banco do Estado do Paraná S/A., para a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito no Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente a diversas autoridades federais, propondo urgentes medidas para o atendimento de inadiáveis necessidades da agricultura paranaense, face à prolongada estiagem que atinge o setor mais importante da economia estadual e nacional. Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 123º aniversário da criação do Arquivo Público do Paraná. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do DNER, em forma de apelo, no sentido de que sejam determinadas providências para acelerar o pagamento das indenizações por desapropriação de terras na faixa da BR-369, especialmente da ponte do Rio Piquiri, do Município de Corbélia. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, com o apoio de diversos Srs. Deputados, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo Sr. General João Batista Figueiredo, no encerramento da Convenção da Arena. Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Educação e Cultura e Secretário das Finanças, encarecendo-lhes auxílio financeiro a fim de que sejam regularizados os pagamentos dos professores municipais de Capitão Leônidas Marques. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o apoio de diversos Srs. Deputados, lido da tribuna, solicitando a decretação de uma ampla anistia, através de lei ordinária ou por intermédio de disposições transitórias inseridas no texto da Carta Magna com a própria Emenda. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto contra o Almirante Heleno Nunes, e a cúpula da CBD, e Comando Técnico da Seleção Brasileira, pelas reiteradas atitudes que visam desprestigiar, inibir e impedir o afluimento das qualidades técnicas e profissionais do atleta Reinaldo, do Clube Atlético Mineiro. — Encerrada a discussão.

Antes de encerrar a sessão, a Presidência volta a lembrar os Srs. Deputados, as reuniões extraordinárias da Comissão de Constituição e Justiça, marcada para as 10,00 horas da manhã e da Comissão de Finanças, marcada para após a Sessão Ordinária

de amanhã, a cujas reuniões estão convocados todos os Srs. Deputados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições nos 01 e 02/78.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 150/77.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 175/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1922, de 14 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

atribuir a Função Gratificada 5-F, de Motorista, do Gabinete da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ao funcionário IVO MACHADO, ora à disposição deste Poder, no período compreendido entre 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 1978.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DÓMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 176/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2030, de 15 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a MARLENE PERRY GONÇALVES, matrícula nº 158, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 07 de outubro de 1977, data em que completou 15 (quinze) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 177/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1828, de 10 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOÃO MARIA SERPA, matrícula nº 070, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 178/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1485, de 03 de março de

1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, matrícula nº 064, ocupante do cargo de nível PL "24", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 179/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1703, de 08 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, em favor de FLODOALDO TRINDADE, matrícula nº 091, ocupante do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses e doze (12) dias, prestados no Departamento de Saúde Pública da Secretaria de Saúde e Assistência do Estado de Santa Catarina, compreendido entre 12 de agosto de 1949 e 24 de outubro de 1949, nos termos do inciso I, do Art. 130, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 180/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1463, de 03 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GENI CARNEIRO, matrícula nº 284, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 181/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1459, de 03 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de HUMBERTO MORO REDESCHI, matrícula nº 473, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1977, nos termos do Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art.

248, da supra citada Lei 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial que deixou de usufruir, referente ao terceiro quinquênio, compreendido entre 17 de agosto de 1971 e igual data de 1975, antecipado em razão da incorporação referente ao seu segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1971, 1972 e 1974, contadas em dobro, não computadas as férias de 1975, contadas em dobro, que só trarão benefícios futuros.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 182/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1378, de 02 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARIA APARECIDA DO RÓCIO GEBRAN DO AMARAL, matrícula nº 293, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975; e, II – mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, nos termos do Art. 248, da supra citada Lei 6174, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 1º de outubro de 1970 a 1º de outubro de 1974, antecipado em razão da incorporação referente ao segundo quinquênio e das férias de 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 183/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1458, de 03 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ZENO PACIORNIK, matrícula nº 411, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 184/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1269, de 28 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA JOSÉ TÁVORA CIL BELÉM, mat. nº 250, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02)

meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 185/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1328, de 1.º de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR, matrícula nº 434, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1976 e 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 186/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 319, de 11 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LÍDIA MUCHINSKI, matrícula nº 487, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II – mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, nos termos do Art. 248, da citada Lei nº 6174, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não ter se afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, vencido em 11 de maio de 1977, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1972 (15 dias), 1973, 1975 e 1976, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 187/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1460, de 03 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NORMANDO PEDRO CULPI, matrícula nº 360, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 188/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2239, de 21 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, ao acervo de serviço público de OSIRIS DE BRITO, matrícula nº 083, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio, compreendido entre 1.º de agosto de 1972 e 1.º de fevereiro de 1975, antecipado em razão das incorporações correspondentes ao primeiro e segundo decênios e das férias de 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 189/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1211, de 28 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NILTON BUSATTO, matrícula nº 317, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 190/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 957, de 16 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de AYRTON ALVES ARANHA, matrícula nº 413, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1976 e 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975; e, II – mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, nos termos do Art. 248, da citada Lei nº 6174, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 11 de novembro de 1972 a 11 de setembro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 191/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1781, de 09 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de NELSON SÍLVIO SALLES, matrícula n.º 491, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referente ao ano de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da supra citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, vencido em 19 de julho de 1977, antecipado em razão da incorporação referente ao seu segundo quinquênio e da contagem das férias dos anos de 1973, 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 192/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1367, de 02 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIR AMORIM PEREIRA, matrícula n.º 249, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 193/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1633, de 07 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de EROS RUPPEL ABDALA, matrícula n.º 199, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 194/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1642, de 08 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar pagar, nos termos do Art. 196, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a RUBERVAL FIGUEIREDO DA SILVA, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete da 1.ª Secretaria, símbolo I-C, provido em Comissão as quotas de salário-família correspondente aos seus dependentes: LEONILDA SALTARELLO DA SILVA (esposa) e ROBERSON FIGUEIREDO DA SILVA, REINALDO FIGUEIREDO DA SILVA e ROSMERI FIGUEIREDO DA SILVA (filhos), a partir de 11 de abril de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 195/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1685, de 08 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ACIR VILLOTORE, matrícula n.º 364, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 196/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1825, de 10 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MOACIR JORGE NARDI, matrícula n.º 081, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 197/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1467, de 03 de dezembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ALBA LÍCIA ARAÚJO E GARCIA, matrícula n.º 111, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referente ao ano de 1976, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei n.º 6174, a partir

de 24 de setembro de 1977, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, antecipado em razão da contagem supra das férias de 1976, em dobro, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 198/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1811, de 10 de março de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, ao funcionário MOISÉS ABDALA MAGALHÃES, matrícula n.º 316, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 240, e §§, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, dois (02) anos de licença para o trato de interesses particulares.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 199/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1364, de 02 de março de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NORMA BUEST DO ROSÁRIO, matrícula n.º 294, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 200/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1862, de 13 de março de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO, matrícula n.º 035, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 201/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1891, de 13 de março de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALCEU ALVES PASSOS, matrícula n.º 112, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 202/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 12717, de 21 de dezembro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de DARCI ANTÔNIO BUDEL, matrícula n.º 062, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 11 de março de 1973 a 11 de março de 1977, antecipado em razão da incorporação referente ao segundo quinquênio e das férias de 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 203/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1365, de 02 de março de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de EMÍLIA DE MIRANDA BECKER, matrícula n.º 374, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 204/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1809, de 10 de março de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JAYRO CAMARGO, matrícula n.º 454, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977,

que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 205/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2170, de 20 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SAINT-CYR DE OLIVEIRA ROCHA, matrícula n.º 258, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 206/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1405, de 02 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ENIO MEDEIROS, matrícula n.º 010, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1977, que deixou de gozar; e,

II – conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei n.º 6174, a partir de 29 de março de 1978, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 207/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2466, de 28 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder de acordo com o Art. 52, parágrafo 2.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, licença sem remuneração, no período de 03 a 09 de abril do corrente ano ao funcionário DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA, matrícula n.º 494, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 208/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista

o que consta do processo protocolado sob o n.º 1921, de 14 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a NELSON ANDRÉ DE ARAÚJO, matrícula n.º 544, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do parágrafo único do Art. 247, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de maio de 1972 a 07 de novembro de 1976, antecipado em razão da incorporação referente ao seu segundo quinquênio.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 209/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1978, de 14 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de EDOUARD ELLAS THOMÉ, matrícula n.º 024, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 210/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1737, de 09 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ETHEL DE PINHO NEVES, matrícula n.º 244, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II – mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da supra citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, vencido em 07 de novembro de 1974, antecipado em razão da incorporação referente ao seu segundo decênio.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 211/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1738, de 09 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da

Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ DE ARI-MATHEIA CLETO, matrícula n.º 124, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1976 e 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 212/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1772, de 09 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOGUEIBE MANSUR, matrícula n.º 312, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referente ao ano de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da supra citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, vencido em 31 de novembro de 1971, antecipado em razão da incorporação referente ao seu primeiro quinquênio.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 213/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 381, de 12 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, a favor de MAI FAIR PERINE, matrícula n.º 187, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1976 e 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II - mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de março de 1972 a 07 de janeiro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 214/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 45, de 03 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de NADIR DE OLIVEIRA SANTOS, matrícula n.º 540, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1976 e 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 1.º de dezembro de 1971 e 1.º de dezembro de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1970 (15 dias), 1972 (15 dias), 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 215/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1600, de 07 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ, matrícula n.º 211, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI - Presidente; QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário; JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 216/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1581, de 07 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ALCEU WALTER NIDZWIEDZ, matrícula n.º 508, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 11 de março de 1974 a 11 de janeiro de 1978, data antecipada em razão da incorporação referente ao seu segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1974, 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro; e,

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da citada Lei n.º 6174, referente ao seu quarto quinquênio, vencido em 12 de janeiro de 1978, data em que, em razão da incorporação referente ao seu terceiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1974, 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI - Presidente; QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário; JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 217/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1577, de 07 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ RENATO DUARTE, matrícula n.º 039, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, vencido em 08 de janeiro de 1976, antecipado em razão da incorporação referente ao seu primeiro decênio e da contagem das férias dos anos de 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da citada Lei n.º 6174, referente ao seu quinto quinquênio, vencido em 22 de março de 1978, data que em razão da incorporação retro, completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinze e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 218/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1329, de 1.º de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula n.º 419, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 219/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1330, de 1.º de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR, matrícula n.º 102, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 220/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1368, de 02 de março

de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ARISTEU SILVA BERGER, matrícula n.º 021, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 221/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1369, de 02 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA, matrícula n.º 416, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1976 e 1977, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da supra citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial que deixou de usufruir, referente ao seu terceiro quinquênio, compreendido em razão das férias referentes aos anos de 1973, 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro e da incorporação referente ao seu segundo quinquênio, não computadas as férias de 1977, contadas em dobro, que só trarão benefícios futuros.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 222/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1917, de 14 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IHOR BARANHUK, matrícula n.º 453, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 223/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2457, de 28 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a FAUSTO LUIZ ABRY, matrícula n.º 555, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta

Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, a partir de 27 de março de 1978, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 224/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1223, de 28 de fevereiro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NELITA RIBEIRO HARTMANN, matrícula n.º 343, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o

tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 225/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2134, de 16 de março de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

designar os funcionários: JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, ocupante do cargo de Consultor Legislativo e LAERTES LUIZ FOGGIATO, ocupante do cargo de Advogado, nível PL "30", para prestarem Assessoramento, junto à Comissão de Constituição e Justiça (C.C.J.), sem prejuízo de suas funções.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário